

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte El Liberal

Class.: Kaiapó-Mekragnoti

Data 10/08/1973Pg.: 152

Técnicos do Ibama fiscalizam a venda de madeira pelos índios Kaiapó na região de São Félix do Xingu.

Ibama apreende mogno vendido pelos Kaiapó

Brasília — Numa operação de fiscalização realizada no final da semana passada, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), órgão do Ministério do Meio Ambiente, apreendeu 5 mil 400 toras de mogno extraídas de duas reservas indígenas kaiapó, no município de São Félix do Xingu, no sul do Pará. As empresas Ferreira Madeiras e Desmatamentos Ltda. e CIC Indústria, Comércio e Exportação Ltda., pertencentes ao empresário Osmar Alves Ferreira, foram multadas em 64 milhões e 740 mil cruzeiros reais, a maior multa já aplicada pelo Ibama na maior apreensão de mogno extraído de reserva indígena.

O ministro do Meio Ambiente, Coutinho Jorge, apresentou documentos que revelam que a madeira estava sendo extraída com autorização dos índios e com a participação do chefe do posto da Funai em São Félix do Xingu, Geraldo Pereira Filho. Para tentar conter esse tipo de ação, o ministro assinou ontem portaria que cria um programa de cooperação com os Ministérios da Justiça e das Minas e Energia. A portaria, já assinada pelos ministros Maurício Corrêa e Paulino Cicero, estabelece que serão realizadas operações permanentes de controle e fiscalização tanto em reservas indígenas quanto em reservas florestais.

A denúncia de que madeireiros estavam extraíndo mogno das reservas foi feita no dia 22 de agosto, quando o ministro lançou em Marabá, no Pará, a campanha "Amazônia Viva", para combater queimadas e desmatamentos ilegais na região. O Ibama de Marabá, chefiado pelo engenheiro florestal Norberto Naves de Sousa, comandou a operação, acompanhada por uma equipe de jornalistas da TV Globo.

Os técnicos e jornalistas viajaram sete horas de "voadeira" pelo rio Xingu até chegarem a Porto Fortaleza, local onde era deixada a madeira retirada das reservas Pukanum e Kubenkrok. No caminho, os técnicos encontraram jangadas transportando as toras de mogno, todas identificadas com as letras PKN e KBK, iniciais das tribos Pukanum e Kubenkrok.



Jangadas de mogno descem o rio Xingu, procedentes de áreas indígenas.

Ameaças

Ao chegarem ao local, os técnicos encontraram as toras empilhadas e cerca de 140 homens trabalhando na área e cinco índios acompanhando o trabalho. Um guerreiro kaiapó ficou irritado com a presença de jornalistas e proibiu imagens no local. Temendo risco de vida, a equipe do Ibama, depois de conferir o volume de madeira extraída, deixou a área.

Foram mais seis horas de viagens até São Félix do Xingu. Na chegada, técnicos e jornalistas foram cercados por 20 índios kaiapó pintados para guerra e armados de bordunas, arcos, flechas e espingarda. Os caciques Bepkun, Kokorety e Nikaita queriam as fitas. Já no hotel, os técnicos e jornalistas foram novamente cercados pelos índios. Incentivados pelo funcionário da Funai, Geraldo Pereira Filho, eles invadiram o hotel, entraram no quarto onde estava a equipe da TV Globo e levaram três fitas e uma câmera Betacam, avaliada em 40 mil dólares.

Os índios e o funcionário da Funai não queriam que as imagens da extração ilegal de madeira fossem divulgadas, especialmente para o exterior, onde há uma intensa campanha de ambientalistas para que não se compre mogno extraído de reserva indígena. Os próprios madeireiros, através da Associação dos Exportadores de Madeira do Pará (Almax), assinaram, em janeiro desse ano, um acordo proposto pelo ministro Coutinho Jorge em que eles se comprometem a não explorar nem comprar madeira originária de reserva indígena. As imagens, portanto, confirmariam que não só há madeireiros explorando mogno dessas áreas, como eles operam em conjunto com os próprios índios.

No esquema montado pela madeireira e os kaiapó, o mogno extraído vinha sendo escoado pelo rio Xingu até São Félix do Xingu. De lá, seguia por rodovia até Tucumã e Xinguara, onde era serrada e preparada para exportação. Segundo cálculos de madeireiros da região, depois de beneficiar as 5 mil 400 toras, Osmar Alves Ferreira teria cerca de 16 mil metros cúbicos de mogno serrado, mercadoria que no porto de Belém poderia ser vendida a 120 milhões de dólares.